



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FACED
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MEMÓRIAS DO CAPE:

**História e representação estudantil do Centro Acadêmico de Pedagogia da
Universidade do Amazonas em tempos de Ditadura, 1980-1983**

Manaus/AM

2023

FLÁVIA EUGÊNIA RODRIGUES DE SOUZA

MEMÓRIAS DO CAPE:

História e representação estudantil do Centro Acadêmico de Pedagogia da Universidade do Amazonas em tempos de Ditadura, 1980-1983

Este artigo foi aceito para publicação na revista *Amazônida* e será publicado no volume 8, número 1, em setembro de 2023, sendo também apresentado como trabalho de conclusão de curso.

Orientador: Dr. Fábio Souza Correa Lima

Manaus/AM

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S729m Souza, Flávia Eugênia Rodrigues de
Memórias do CAPE : história e representação estudantil do
Centro Acadêmico de Pedagogia da Universidade do Amazonas
em tempos de ditadura, 1980-1983 / Flávia Eugênia Rodrigues de
Souza . 2023
30 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Fábio Souza Correa Lima
TCC de Graduação (Pedagogia) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. História da educação. 2. Centro acadêmico de pedagogia. 3.
Representação estudantil. 4. Ditadura civil-militar. 5. Ufam. I. Lima,
Fábio Souza Correa. II. Universidade Federal do Amazonas III.
Título

FLÁVIA EUGÊNIA RODRIGUES DE SOUZA

MEMÓRIAS DO CAPE:

**História e representação estudantil do Centro Acadêmico de Pedagogia da Universidade
do Amazonas em tempos de Ditadura, 1980-1983**

Este artigo foi aceito para publicação na revista *Amazônida* e será publicado no volume 8, número 1, em setembro de 2023, sendo também apresentado como trabalho de conclusão de curso.

Orientador: Dr. Fábio Souza Correa Lima

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 01/09/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Souza Corrêa Lima - UFAM
Orientador

Prof. Dr. Márcio de Oliveira - UFAM
Avaliador

Manaus/AM

2023

SUMÁRIO

PARTE 1

A CRIAÇÃO DO CAPE: rebeldia e posicionamento..... 13

PARTE 2

O CHAMADO DAS RUAS: a representação estudantil..... 20

PARTE 3

O BATISMO: 20 de setembro de 1983...25

CONSIDERAÇÕES FINAIS34

REFERÊNCIAS 35

Resumo

O presente artigo, desenvolvido dentro do campo de história da educação, tem como objetivo reconstruir a história do Centro Acadêmico de Pedagogia (CAPE) da Universidade do Amazonas (UA), futura Universidade Federal do Amazonas (Ufam), a partir de bibliografia específica, de documentos oficiais do Serviço Nacional de Informação (SNI) e de memórias de pessoas ligadas à representação estudantil no período. Também visamos estudar a estrutura da atividade política dos estudantes no âmbito da UA e conhecer as memórias de alguns dos integrantes do CAPE no período, frequentemente citados nos dossiês confidenciais do SNI. A metodologia marcadamente utilizada nesta pesquisa é a de História Oral, articulada à categoria de análise de memória, tendo em vista que as nossas fontes principais são entrevistas com pessoas que estiveram envolvidas com a representação estudantil durante a ditadura. Como resultado, trouxemos à luz o passado dessa representação estudantil diante da repressão e censura, estimulando a atividade política e crítica das novas gerações de estudantes universitários, além de proporcionar à comunidade acadêmica da Ufam o conhecimento sobre o seu próprio passado.

Palavras-chave: História da Educação; Centro Acadêmico de Pedagogia; Representação Estudantil; Ditadura Civil-Militar; Ufam.

Abstract

This article, developed within the field of history of education, aims to reconstruct the history of the Academic Center of Pedagogy (CAPE) of the University of Amazonas (UA), future Federal University of Amazonas (UFAM), from specific bibliography, official documents from the National Information Service (SNI) and memories of people linked to student representation in the period. We also aim to study the structure of the students' political activity within the UA and to know the memories of some of the CAPE members in the period, frequently cited in the confidential dossiers of the SNI. The methodology markedly used in this research is that of Oral History, linked to the category of memory analysis, considering that our main sources are interviews with people who were involved with student representation during the dictatorship. As a result, we brought to light the past of this student representation in the face of repression and censorship, stimulating the political and critical activity of the new generations of university students, in addition to providing the UFAM academic community with knowledge about its own past.

Keywords: History of Education; Pedagogy Academic Center; Student Representation; Civil-Military Dictatorship; UFAM.

Resumen

Este artículo, desarrollado en el campo de la historia de la educación, tiene como objetivo reconstruir la historia del Centro Académico de Pedagogía (CAPE) de la Universidad de Amazonas (UA), futura Universidad Federal de Amazonas (UFAM), a partir de bibliografía específica, documentos oficiales del Servicio Nacional de Información (SNI) y memorias de personas vinculadas a la representación estudiantil en el período. También pretendemos estudiar la estructura de la actividad política de los estudiantes dentro de la UA y conocer las memorias de algunos de los miembros del CAPE en el período, citadas con frecuencia en los expedientes confidenciales del SNI. La metodología marcadamente utilizada en esta investigación es la de la Historia Oral, ligada a la categoría de análisis de la memoria, considerando que nuestras principales fuentes son entrevistas a personas que estuvieron involucradas con la representación estudiantil durante la dictadura. Como resultado, sacamos a la luz el pasado de esta representación estudiantil frente a la represión y la censura,

estimulando la actividad política y crítica de las nuevas generaciones de universitarios, además de brindar a la comunidad académica de la UFAM conocimientos sobre su propio pasado.

Palabras clave: Historia de la Educación; Centro Académico de Pedagogía; Representación Estudiantil; Dictadura Cívico-Militar; UFAM.

INTRODUÇÃO

O Centro Acadêmico de Pedagogia (CAPE) representa os discentes do curso de Licenciatura Plena em pedagogia da Faculdade de Educação (Faced), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A sua atuação não se encerra apenas em Manaus, capital do estado, mas se estende por todos os municípios do interior em que a Ufam ministra essa formação de professores, como Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Parintins e Itacoatiara.

A Faced foi criada em 1970 a partir da experiência anterior com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). A Faculdade de Educação teve a sua sede definitiva estabelecida apenas em 1987, por ocasião da inauguração do Setor Norte, o campus universitário da Ufam na capital, Manaus. Nesse processo de mudança, o Centro Acadêmico de Pedagogia também mudou de espaço, continuando o trabalho de atendimento e representação discente no novo campus. Antes, porém, no período descrito neste artigo, o CAPE e a Faced funcionavam no prédio que fica na esquina das ruas Monsenhor Coutinho e Tapajós, no centro da cidade (LIMA, 2020).

É preciso ressaltar que esses ainda são anos de ditadura civil-militar. Embora os anos de abertura política e retorno à democracia já despontassem no horizonte, os aparelhos repressivos dos militares ainda funcionavam a todo vapor. O CAPE surgiu nesse contexto histórico de eventos, marcados por intensa movimentação de partidos políticos e forte perseguição, espionagem e coerção, como veremos a seguir. Porém, havia no horizonte daqueles que ousaram se impor politicamente contra a ditadura, um sentimento de que o exercício da consciência de classe dos futuros professores formados pela Universidade do Amazonas¹ era um ideal pelo qual valia a pena se arriscar. Demonstra perfeitamente essa ideia o fato de que haviam leis que restringiam o funcionamento das agremiações estudantis desde os anos 1960, embora os membros do CAPE tenham ignorado essas imposições em nome da verdadeira representação estudantil.

A pesquisa acerca da criação do Cape e da sua atividade estudantil do ano 1980 ao de 1983 não foi fácil. Buscamos por arquivos que comprovassem as suas primeiras reuniões e ações, mas nada foi encontrado. Entendemos que não era o momento histórico de produção de documentação que pudesse servir como prova contra os seus próprios alunos. No entanto, soubemos que muitos dos estudantes daquela época ainda são atuantes no cenário educacional amazônico, possibilitando uma aproximação com suas memórias e acervos.

Nesse sentido, optamos pela escolha da metodologia da História Oral (HO), pois “O oral nos revela o ‘indescritível’, toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas ‘muito insignificantes’ [...] – ou inconfessáveis”, segundo

¹ A UA teve o seu nome alterado para Universidade Federal do Amazonas em 20 de junho de 2002, pela Lei n. 10.468.

escreve Philippe Joutard (2000, p. 33). Nosso objetivo, portanto, é jogar luz sobre a história do CAPE enquanto representação estudantil no início dos anos 1980, utilizando, para isso, as memórias que nos foram trazidas por meio de entrevistas. Tais relatos compõem uma versão da história – ora individualizada, ora coletiva – experimentada pelos que estiveram envolvidos com a referida instituição e diante de uma ditadura que reprimia suas ações (POLLAK, 1992). Afinal, “As narrativas, tal qual os lugares da memória, são instrumentos importantes de preservação e transmissão das heranças identitárias e das tradições” (DELGADO, 2003, p. 21).

Essa metodologia nos proporcionou um envolvimento maior com as experiências pelos quais passaram os discentes em determinado período histórico. Alguns sentimentos como os de angústia e revolta, ao lembrar de um tempo em que o Brasil ainda vivia sua ditadura civil-militar foram inevitavelmente abordados ao falarmos da atividade do CAPE. Sabendo disso, apontamos que a nossa pesquisa foi submetida e aprovada no Conselho de Ética da universidade (CAAE: 52293121.0.0000.5020), sendo respeitados todos os procedimentos técnicos esperados para um estudo com essa temática.

Porém, as fontes orais não as únicas para esse estudo. Ao contrário dos estudantes do período, os militares produziram uma série de documentos classificados como “confidenciais”. Os documentos produzidos pela espionagem do Serviço Nacional de Informação (SNI) via sua filial regional, a Agência de Manaus (AMA), mais especificamente, dentro da universidade, pela Associação de Segurança e Informação (ASI), tinham a função de controlar a circulação dos considerados “elementos subversivos, esquerdistas e comunistas”.

Esses documentos vêm se tornando públicos desde 2014, por meio do trabalho das comissões Nacional da Verdade e de Anistia, e disponibilizados para consulta online por meio do site do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). São centenas de documentos que analisamos, todos com a seguinte especificação de conteúdo:

Documentos produzidos pelo SNI e recebidos dos diversos órgãos que compunham o extinto Sistema Nacional de Informações (SNI), entre eles as unidades de inteligência das Forças Armadas e da Polícia Federal, sobre repressão a organizações de esquerda, anistia, prisões, partidos políticos, movimentos populares, sindicatos, Igreja, universidades e movimento estudantil, asilo político, guerrilha urbana, guerrilha rural, terrorismo, relações internacionais, cassação de mandatos e direitos políticos (SIAN, 2019, s./p.).

Ao cruzarmos as fontes orais com a documentação e com uma bibliografia específica, realizamos a triangulação de fontes característica do trabalho historiográfico e científico para o qual nos propomos no presente artigo. Com isso, seguindo o caminho que foi exposto, pareceu-nos natural a escolha pelo conceito de memória como categoria de análise. Isso porque, a partir dos autores estudados, como Philippe Joutard (2000), Lucília Delgado (2003), Michael Pollak (1992) e Jacques Le Goff (1996), obtivemos a compreensão de que a memória colabora para a construção de uma sociedade com

consciência histórica, em um processo que valoriza os aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos. Conforme observamos nas entrevistas que realizamos, é também nesse sentido que Le Goff (1996, p. 410) aponta: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

A abordagem teórica é baseada na Nova História Política, de René Rémond (2003). A proposta segue, portanto, um ideal de integração de fatores sociais, políticos e econômicos com sujeitos que integram diferentes visões sobre o desenvolvimento dos acontecimentos ligados ao CAPE. Em outras palavras, esta é uma abordagem que destaca aqueles que trabalharam na estruturação do processo dos movimentos sociais, políticos e econômicos, mesmo que estejam em suas bases. São todos, a partir dessa proposta de abordagem histórica para os anos 1980, protagonistas de sua própria luta e participantes da construção coletiva do passado de uma instituição.

As novas orientações da pesquisa histórica estavam em harmonia com o ambiente intelectual e político. O advento da democracia política e social, o impulso do movimento operário, a difusão do socialismo dirigia o olhar para as massas. A compaixão pelos deserdados, a solidariedade com os pequenos, a simpatia pelos “esquecidos da história” inspirava um vivo desejo de recuperar a injustiça da história para com eles e restituir-lhes o lugar a que tinham direito (RÉMOND, 2003, p. 19).

Realizamos mais de uma dezena de entrevistas, mas, para esse trabalho, selecionamos seis. Quatro dos nossos entrevistados foram ex-lideranças do CAPE, dois outros estiveram fortemente envolvidos com a representação estudantil na UA. Suas entrevistas para o Projeto Memórias do CAPE estão disponíveis no canal Falas em História da Educação, no Youtube.

Tabela 1. Quadro de entrevistados:

	Nome:	Entrevista em:	Atualmente trabalha:
1	Eronildo Braga Bezerra (Eron Bezerra).	06/10/2022	CCA/ Ufam.
2	Arminda Rachel Botelho Mourão.	11/07/2022	FACED/ Ufam.
3	Sônia Selene Baçal de Oliveira	11/01/2022	FACED/ Ufam.
4	Ana Virgínia do Rego Gama	26/01/2023	SEDUC/ AM
5	Amarildo Barreto	12/04/2023	SEDUC/AM
6	Marilda Calderado Galvão	22/04/2023	SEDUC/AM

Fonte: Organizados por data de entrevista. Elaborado pelos autores em 2023.

Apresentadas as informações introdutórias para o presente trabalho, convidamos o leitor a conhecer mais sobre o passado do Centro Acadêmico de Pedagogia do início dos anos 1980. A fim de tornar a leitura mais articulada com os diferentes momentos de atuação do CAPE em nossa história, dividimos o texto em três partes, a saber: a criação do CAPE: rebeldia e posicionamento; o chamado das ruas: a representação estudantil e o batismo: 20 de setembro de 1983.

A CRIAÇÃO DO CAPE: rebeldia e posicionamento

O golpe militar de 1964 elegeu as representações estudantis como uma das ameaças ao regime. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e as demais agremiações estaduais e locais começaram a ser perseguidas. Naquele mesmo ano, o Decreto-lei que havia reconhecido a UNE (n. 4.105/42) foi revogado pela Lei Suplicy (n. 4.464/64), assinada por Castello Branco. A lei, outorgada aos estudantes, dizia: “Art. 14. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” (BRASIL, 1942; 1964).

A perseguição não terminou com essa lei. Enquanto os estudantes pediam uma reforma universitária com mais recursos financeiros, a ditadura civil-militar respondeu com o Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. Entre outras intimidações, o AI-5 ameaçou qualquer cidadão que atentasse contra a ditadura de suspensão dos seus direitos políticos por até 10 anos. Mais do que isso, o AI-5 ofereceu a base para o Decreto-lei n. 477/69, que atingiu diretamente o trabalho universitário e a representação estudantil (BRASIL, 1968; 1969).

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que: I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento; [...] III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dê participação; IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza; [...] VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas: I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos; II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

Em uma apreciação inicial, é possível adiantar que, apesar da coação, quase todos os incisos desta última lei foram subvertidos pelo CAPE nos anos seguintes. As duas leis supracitadas, aliás, segundo o estudante Eronildo Braga Bezerra, deram o tom de atuação da representação estudantil nos anos de chumbo da ditadura, até a virada para os anos 1980. “[...] Não era fácil organizar o movimento estudantil, porque você podia pagar com a vida, não era só ser preso, taxado ou jubilado [...] me dediquei a organizar o movimento estudantil, não tinha nenhum centro acadêmico, isso era proibido pelo decreto 477” (BEZERRA, 2022).

Bezerra narra que, ao entender que o propósito da nova lei era o abafamento da atividade política dos alunos, optou por tentar enganar a ditadura. Na primeira representação estudantil criada na universidade, Bezerra evitou o nome de “Centro Acadêmico”, adotando o nome de Centro

Universitário Cultural de Agronomia (Cuca), no ano de 1979². “[...] eles só permitiam Centros Acadêmicos ‘Chapa Branca’, organizados pela Reitoria. [...] que eram, geralmente estudantes de direita, a serviço da ditadura militar” (BEZERRA, 2022).

As representações estudantis permitidas pela ditadura, chamadas pelo então estudante de “Chapa Branca”, foram regulamentadas pela Lei n. 5.540/68 (BRASIL, 1968). Essas entidades não aparecem com frequência nos registros do AMA/SNI por motivos óbvios, como o encontrado na seguinte citação: “CEPE – CENTRO DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA, de certa forma voltado para assuntos, alheio a contestação [...] (sic)” (AMA/SNI, n. 1093, 1980b, p. 1).

A fundação do CENTRO UNIVERSITÁRIO E CULTURAL DE AGRONOMIA (CUCA) do curso de Agronomia, realizada em 1979, à revelia dos Estatutos da UNIVERSIDADE DO AMAZONAS (UA), por militantes do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B/ AM), assinalou um marco na atuação das ORGANIZAÇÕES IDEOLÓGICAS (OI) no MOVIMENTO EDUCACIONAL UNIVERSITÁRIO [...] Após concretizada a vitória nas eleições para a Diretoria do DIRETÓRIO UNIVERSITÁRIO (DU), e, 1979, e a instalação do CUCA, o PCdoB/AM iniciou um processo de consolidação e expansão na Universidade, fundando e estruturando os Centros Acadêmicos (CAs) dos demais cursos da Universidade do Amazonas. Ao mesmo tempo, passou a dirigir os principais movimentos de pressão e atos contestatórios ocorridos em MANAUS/AM (AMA/SNI n. 6038, 1985, p. 1).

O arquivo citado é de 1985, porém, os militares já haviam começado a juntar as informações sobre a representação estudantil dentro da UA, pelo menos desde 1978, quando em maio daquele ano afirmam ter sido lançado o jornal subversivo “O Grão” (AMA/SNI n. 2026, 1978, p. 3). Dessa forma, nem o subterfúgio dos estudantes os protegeu na espionagem dos agentes infiltrados ligados ao ASI.

[...] Esse era o ambiente da universidade. Você entrava dentro da sala de aula e havia gente armada acintosamente com arma na cintura. Que era o pau mandado da ditadura. Que eles matriculavam vários alunos, entre aspas, alunos, como espião dentro das universidades. Você sentava do lado de um colega seu, entre aspas, um colega seu, com um 38 dentro da cintura... (BEZERRA, 2022).

[...] se disfarçavam, estudavam, a gente... eu lembro que a gente sempre falava, cuidado... os dirigentes colocavam: “cuidado, tem gente que tá matriculado e estuda, mas é agente do Sistema Nacional de Informação (GAMA, 2023).

Tendo a educação um papel central no desenvolvimento crítico dos universitários, a proposta de criação de um Centro Acadêmico para representação estudantil de pedagogia veio em seguida. “A gente sabia por outro lado que só tinha um outro caminho, era exatamente ampliar essa rede [...], mas pedagogia foi um dos primeiros cursos a formar seu centro acadêmico” (BEZERRA, 2022). Embora não haja documentação escrita sobre esse momento, as informações prestadas pelos entrevistados e as referências nos relatórios do AMA/SNI apontam para o ano de 1980. Ana Virgínia do Rego Gama, conhecida como Gina, descreve que:

² Algumas fontes pesquisadas nos documentos AMA/SNI referem-se à data de 02/03/1978 como a publicação de seu estatuto, considerando tal data como marco de criação do Cuca.

Eu fui a primeira presidente do Centro Acadêmico de Pedagogia, mas tinha um movimento... mas ainda não caracterizado como Centro Acadêmico. Foi na nossa gestão, realmente, que foi instituído o Centro Acadêmico. Muito por influência do que... é, quando os calouros entravam na universidade, a militância mais antiga... eles faziam uma recepção para os calouros. [...] aí conheci as grandes lideranças daquele período do CUCA, era o Eron Bezerra, o João Pedro, o [George] Tasso... e fui conhecendo e nos identificamos. Então eu entrei nesse período na Juventude Viração. [...] a Juventude Viração era um braço do PCdoB no Movimento Estudantil. Aí, nós fizemos uma chapa e concorremos as eleições. [...] Nós ganhamos as eleições com bandeiras específicas da pedagogia (GAMA, 2023).

As atividades contestatórias dos estudantes frente à ditadura eram realizadas com absoluto cuidado, em alguns momentos, até de maneira secreta. Os alunos do CAPE afirmaram separar a atividade política das aulas. Eram necessárias estratégias para escapar da espionagem dentro da UA. Uma delas era o uso de “aparelhos” em localidades a que poucos tinham acesso livre, onde as “células” de cada curso se reuniam (BEZERRA, 2022).

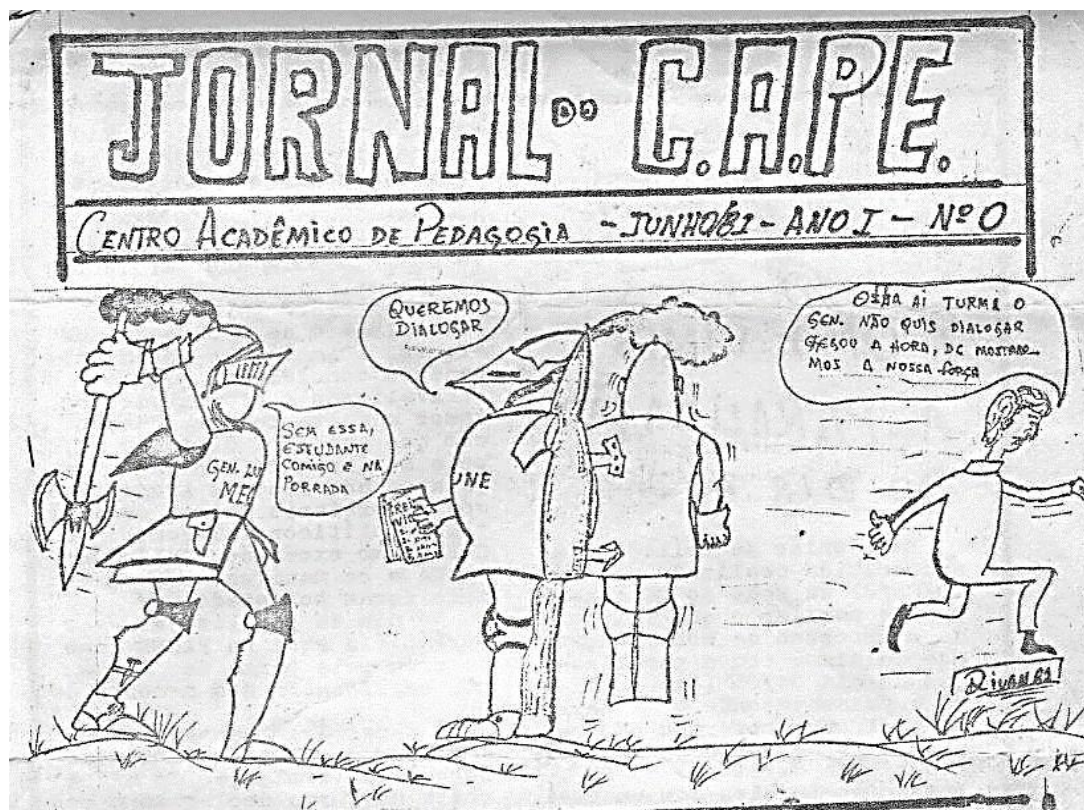
Você tinha que entrar, eu lembro muito, num carro. E punha um lenço, né, a venda. Eu não sabia para onde eu estava sendo levada. Eu lembro de uma [inaudível] que fui com o João Pedro, Gina, e não lembro muito bem se Arminda estava nesse carro [...] e fomos participar dessa reunião. E, todos com os olhos vendados (GALVÃO, 2023).

[...] por exemplo, tinha a célula da pedagogia. Então, tinha o dia “x” da reunião, a pessoa que nos acompanhava e a pauta... [...] a gente sofria muita repressão sim. Tinha gente da SNI infiltrados. Do Serviço Nacional de Informação infiltrados na universidade para dizer: “aquele é comunista, se acontecer alguma coisa ele tem que ser o primeiro que vai preso. [...] As questões amplas, da nossa pauta de universidade, a gente discutia em assembleia em todo canto. As questões específicas, enquanto partido clandestino, enquanto Juventude Viração, a gente discutia em nossos locais adequados (GAMA, 2023).

Sob esse signo de contestação do regime foi criado o Jornal do CAPE³, no ano seguinte. Em seu número zero, o periódico resumiu em uma charge envolvendo o ministro da educação gen. Rubem Carlos Ludwig (1980 – 1982) e a UNE, como era o diálogo com a ditadura. Ainda na primeira página, foi apontada a proposta de um jornal livre: “[...] onde tenhamos chance de nos posicionarmos sobre nossas discordâncias com o ensino, professores, curriculum, estágios, condições materiais técnicas para o aprimoramento dos nossos conhecimentos profissionais” (EDITORIAL..., 1981, p. 1) – [Jornal do CAPE].

³ A primeira edição trazia a proposta de mudança do periódico para “Onça”. A ideia era ser astuto, forte, lutador e com um marcante sentimento de pertencimento ao Amazonas (GAMA, 2023).

Figura 1 - Charge do Jornal do CAPE.



Fonte: Acervo de Amarildo Barreto. Jornal do CAPE, Ano 1, n. 0, jun. 1981.

A relação mantida no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 dos estudantes com o reitor da UA, no entanto, era ambígua, conforme o relatório dos agentes infiltrados. Entre 1977 e 1980, a UA teve como reitor o professor Octávio Hamilton Botelho Mourão. O reitor fora escolhido, segundo o SNI, para a “[...] difícil função, nas circunstâncias em que se encontra a universidade, com muitas infiltrações de professores com comprometimento ideológico” (*apud* MELO, 2020). Já em 1980, quando Mourão estava sendo considerado para recondução ao cargo, começava a pairar sobre ele certa desconfiança dos militares.

A atuação do Reitor Octávio Mourão, da Universidade do Amazonas, começou a melhorar, progressivamente, de um mês atrás, aproximadamente, até esta data. Sua disposição de cooperar tem sido evidente, não só por visitas pessoais, como por frequentes ligações telefônicas, transmitindo informações e até solicitando pareceres sobre iniciativas suas na reitoria. [...] admite-se que possa haver relacionamento entre a atual postura do Reitor MOURÃO e a proximidade da data da escolha de seu substituto no cargo (AMA/SNI, n. 952, 1980a, p. 1).

A incerteza da espionagem pautava-se não apenas no nível de cooperação com a ditadura, mas também sobre alguém que aparecia recorrentemente nas listagens da AMA/SNI. Isso porque, naquele mesmo ano de 1980, depois do casamento e da formação superior realizada no Rio Grande do Sul, havia retornado a Manaus a filha do então candidato à recondução ao cargo de reitor da UA, Arminda Rachel Mourão Diederichs (MOURÃO, 2022).

Assim que chegou, Arminda Mourão se aproximou dos movimentos sociais e começou a trabalhar como técnica na Associação de Servidores da Universidade do Amazonas (Assua). Ela participava das reuniões do CAPE, eventos que considerou base para a formação do seu pensamento crítico, além do jornal Tribuna da Luta Operária (TLO) e do PCdoB (MOURÃO, 2022). Não por acaso, já no ano de 1982, a atividade de Arminda foi classificada dentro da lista de “Infiltração Comunista nos Estabelecimentos de Ensino”, ao lado de nomes como Eron Bezerra, Vanessa Grazziotin, João Pedro Gonçalves da Costa, Ana Virgínia do Rego Gama e os irmãos Luiz Sandro, Selma Suely, Sônia Selene e Simone Baçal. Nessa ampla lista de comunistas, nos setores envolvendo religião e imprensa, também estavam Leonardo Boff (prelazia do Acre) e de Arthur Virgílio Neto (jornal A Notícia) (AMA/SNI, n. 3065, 1982, pp. 1-52).

Em 1981, Arminda Mourão (2022) foi convidada por Marilda Galvão (2023), liderança do CAPE, para palestrar na segunda Semana de Pedagogia, no auditório da Faculdade de Direito. Como palestrantes, também estavam Dermeval Saviani e Moacir Gadotti, abordando como temática a democracia brasileira, além de Aldo Rebelo (PCdoB), presidente da UNE (GAMA, 2023).

Aí tem algumas situações que são legais de contar porque são hilárias. As meninas colocavam... veio o presidente da UNE na época [...] e aí colocaram a bandeira da UNE. E aí o secretário da faculdade de direito mandava tirar. E o bedel ia lá e tirava. Aí eu cheguei lá e disse: Põe essa bandeira! Eu, com esse meu jeito de mandona... agora pense bem, eu com esse meu jeito de mandona e filha de um reitor. Qual foi o entendimento do bedel? A mulher manda, né?! (MOURÃO, 2022).

Nesse sentido, para a ditadura, se por um lado era apreciado o fato de Octávio Mourão ter cursado no passado a Escola Superior de Guerra, sendo aprovado para o segundo mandato, por outro, o serviço de espionagem colocou definitivamente o reitor sob suspeição em cada um dos seus relatórios. A desconfiança dos militares sobre os seus anos de gestão pairava sobre alguns pontos específicos, sendo um deles a relação com a filha.

[...] tem agido com excessiva complacência, mesmo considerando-seus sentimentos de paternidade, no que tange ao procedimento de sua filha, ARMINDA RACHEL MOURÃO DIEDERICHS, funcionária da UA e Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS – ASSUA, qualificada como quadro do [ilegível] – Pcdob/AM. Por diversas vezes foi cientificado dos desvios funcionais de Arminda que, à frente da ASSUA, conseguiu transformar a referida entidade, numa “frente” da referida CS [Convergência Socialista] (AMA/SNI n. 4843, 1984, p. 7).

O segundo ponto que pareceu ter recebido igual atenção da ditadura foi o seu perfil considerado “moderado” demais no trato com os estudantes. Com efeito, fora apontado que, apesar das “pesadas agressões verbais” que sofria dos discentes, não tomava as atitudes consideradas necessárias para “suprimir de uma vez por todas as pressões e atitudes cada vez mais audaciosas” dos críticos ao regime (AMA/SNI n. 4843, 1984, p. 8). Em um dossiê realizado sobre ele, pensando em um possível terceiro mandato, temos:

[...] causou espécie sua participação numa discutível “Comissão de Audiência”, criada pelos responsáveis pelos distúrbios de ruas verificados em MANAUS, para servir de porta-voz junto ao Governador do Estado, objetivando viabilizar uma projetada “retomada do diálogo” entre os “estudantes” e aquela autoridade, no sentido de aparentemente suprimir as arestas criadas com os atos subversivos deflagrados a partir do dia 20 de Set 83, em MANAUS. Estranhou-se essa intempestiva atitude, pois àquela altura, o movimento já transcendia de seu caráter eminentemente estudantil, para deliberadas ações de agitações de massas, tipicamente subversivas, sob a égide de militantes do PCdoB, nominalmente denunciados à opinião pública pelo próprio Governador Gilberto Mestrinho, numa cadeia de rádio e televisão (AMA/SNI n. 4843, 1984, p. 7).

Para entender que evento marcante foi esse apontado pelos militares, precisamos nos aprofundar na memória da representação estudantil do Amazonas, evidenciada por meio das entrevistas que realizamos (JOUTARD, 2000). Trata-se de um evento tão emblemático que mereceu um dossiê completo, realizado com cronologia, nomes e notícias de jornais cuidadosamente elencados pelo Serviço Nacional de Informações por meio dos seus braços, a AMA e o ASI, o “Informe n. 88, 32/AMA/ 83” (AMA/ SNI n. 4074, 1983a, pp. 1 a 97).

O CHAMADO DAS RUAS: a representação estudantil

Nos primeiros anos da década de 1980, um movimento marcou a atividade de representação estudantil realizada pelo CAPE. Ao lado de outras entidades, o Centro Acadêmico de Pedagogia também identificou a necessidade de protestar pelos benefícios da meia passagem e de preços justos para o transporte público na cidade. As tratativas, reuniões e protestos envolvendo os discentes e órgãos públicos duraram um longo período, porém, terminaram em um verdadeiro massacre em praça pública, envolvendo a Polícia Militar do Amazonas.

Em todas as entrevistas que realizamos, ao abordarmos esse período, os relatos sobre a reivindicação da meia passagem apontavam para a dificuldade de acesso e permanência dos alunos nas escolas e na universidade. Também percebemos que as suas memórias tendiam a reunir todo o processo de reivindicação no ano de 1983, mais especificamente em um grande protesto que ocorreu em 20 de setembro de 1983. Possivelmente, este é um caso de projeção da memória de forma a reunir todos os eventos que causaram os mesmos sentimentos em apenas um exemplo crítico (POLLAK, 1992).

Nesse sentido, algumas lacunas foram deixadas nos relatos desses alunos, o que nos levou a realizar uma triangulação com outras fontes, como os dossiês de informação do SNI e as matérias de periódicos locais. De toda forma, a memória dessa ação, construída também pelos jornais que divulgaram as agressões aos que protestavam, ergueu um evento suficientemente forte para que fosse considerado um marco do movimento estudantil contra a ditadura.

Em 2 de maio de 1980, os alunos do chamado Primeiro e Segundo Graus começaram a reivindicar o pagamento de meia passagem no transporte coletivo. No dia 2 de maio, a União Nacional

dos Estudantes Secundaristas (Uesa), com o apoio do Diretório Universitário (DU) e dos Centros Acadêmicos da UA, realizou um grande protesto na praça São Sebastião⁴, com o apoio de partidos políticos como o Partido dos Trabalhadores e o Partido Comunista do Brasil.

O protesto chamou a atenção das autoridades públicas e, dois meses depois, o DU convocou os estudantes para tentar pressionar o prefeito José Fernandes (1979 – 1982), do Partido Democrático Social (PSD, partido oriundo do Arena), pelo direito a meia passagem para os estudantes. Aconteceram em seguida mais manifestações, panfletagens e agitações para tentar aumentar a pressão sobre o prefeito, que acabou cedendo e anunciando que a norma entraria em vigor no início de agosto, o que não aconteceu.

O valor das passagens ainda aumentou por diversas vezes por todo o ano de 1980. Em fevereiro de 1981, dois representantes da Uesa foram recebidos pelo secretário de Serviços Públicos para negociar e resolver problemas relacionados ao passe. A proposta na mesa de discussão era o estabelecimento do passe único, que deveria ser destinado a todos os alunos e ser vendido em diferentes pontos no Centro da cidade de Manaus (DUARTE, 2020). Um dos representantes da Uesa era Selma Suely Baçal de Oliveira, futura aluna de Pedagogia da UA e influente nas atividades do CAPE, e futura pró-reitora da Ufam. Contudo, os problemas de acesso ao direito continuavam, enquanto as empresas de ônibus conseguiram novos aumentos na passagem.

Em junho daquele ano, um novo ato na praça São Sebastião reuniu um número considerável de pessoas, o que ligou o alerta do regime, que montou o documento “Prisão de Líderes Estudantis – MANAUS/AM”.

1. Flagrados em ações ilegais de proselitismo (Comícios relâmpagos em praça pública), foram presos em 05 de JUN por soldados da Polícia Militar do Estado, os seguintes Líderes do ME [Movimento Estudantil] amazonense:
 - AILTON LUIZ SOARES ([...] jornal Tribuna da Luta Operária);
 - VICENTE DE LIMA FILIZOLLA (presidente da [...] UESA);
 - LUIZ SANDRO BAÇAL DE OLIVEIRA (membro da UESA);
 - ERONILDO BRAGA BEZERRA (universitário);
 - PLÁCIDO DA SILVA RAMOS FILHO (universitário);
 - SELMA SUELY BAÇAL DE OLIVEIRA (membro da UESA);
2. Conforme declarações da autoridade Policial que efetuou as prisões, os referidos elementos discursavam em praça pública, externando com críticas acerbadadas às autoridades constituídas, seus inconformismos [...] os estudantes foram liberados pelo Delegado do DOPS, sendo retido, no entanto, exemplares do jornal “Tribuna da Luta Operária”, que estavam sendo distribuídos na ocasião (AMA/ SNI n. 1616, 1981, pp. 1-2).

A prisão de Luiz Sandro Baçal de Oliveria, que veio a se tornar presidente do CAPE e professor da Faculdade de Educação, estimulou ainda mais a sua atividade política, que convocou os estudantes para um protesto no dia 28 de agosto de 1981. Apesar dos poucos presentes, a resposta da polícia foi

⁴ A praça São Sebastião é historicamente palco de manifestações políticas e culturais da cidade de Manaus. No seu largo, estão casarios do século XIX e o Teatro Amazonas.

desproporcional. As tropas perseguiram e agrediram alunos, disparando também tiros. Alguns estudantes tentaram se refugiar dentro da Igreja de São Sebastião, mas foram seguidos pelos policiais. No processo, itens da igreja foram danificados, conforme escreve Durango Martins Duarte (2020), dirigente dos CAs de Engenharia, de Matemática e de Comunicação Social e outra figura recorrente nos relatórios de espionagem da SNI.

As palavras de Sônia Selene Baçal (2023), então estudante e, mais tarde, líder da Executiva Nacional de Pedagogia da UA, ainda deram conta de narrar o horror da repressão da ditadura.

[...] foi um ato histórico que nós fizemos em defesa da meia passagem e que teve muita repercussão. [...] os nossos companheiros, depois que foram liberados pela polícia, eles estavam com escoriações no corpo [...] os companheiros que foram brutalmente machucados nessa ação da polícia, então essa cena... eles entrando na sede... e a gente em reunião... e quando eles levantaram a camisa assim, ali para mim, assim, eu disse: eu não [tenho] dúvidas de que a luta tem que continuar [...] nós tivemos que driblar essa força repressiva. Eu lembro que fui para casa e o Sandro entrou na igreja de São Sebastião. Atiraram dentro da igreja e nós chegamos em casa e Sandro não chegava. Como nós sabíamos do tiroteio, a impressão era de que ele estava morto [voz embargada] mas felizmente [...] o padre, ele viu aquela cena, protegeu o Sandro no Alto da igreja São Sebastião (BAÇAL, 2023).

Amarildo Barreto (2023), igualmente identificado pela ditadura como militante do PCdoB e, mais tarde, presidente do CAPE, relata que diante da violência policial os alunos tentaram se abrigar nas dependências da Faculdade de Educação.

Quando começou o massacre lá na praça de São Sebastião, que a polícia começou a jogar bomba de gás lacrimogêneo, bater de cacete nos estudantes [...] se abrigam na igreja de São Sebastião, no bar do Armando [...] mas a maioria correu para a Rua Tapajós, onde ficava justamente a entrada era uma porta enorme que tinha na faculdade de educação e essa porta só vivia aberta, quando começou era muitos estudantes, eles correram no sentido para se esconder dentro da faculdade, ele estava lá [diretor da FACED – Raimundo Abdon Said], eu sei porque como eu morava de frente corri para a casa do estudante para abrir o portão para deixar quem quiser se abrigar, se esconder dele na casa do estudante, para ficar lá de forma protegida e foi na hora que eu vi que ele falou “aqui não entra subversivo, não comunista, pode fechar” chamou os funcionários [...] e ordenou, ele era muito autoritário, foi ele que falou “pode fechar a porta aqui dentro, comunista aqui dentro não, subversivo aqui não, a faculdade de educação não abriga esse tipo” (BARRETO, 2023).

Arminda Mourão (2023) descreve que após o fechamento dos portões, os alunos que estavam do lado de dentro da Faced ignoraram o diretor e forçaram a entrada até que ela fosse aberta novamente para a entrada dos estudantes.

[...] os alunos correram para dentro da Faculdade de Educação, para dentro da Igreja São Sebastião... atiraram na igreja. Dentro da Igreja, os homens da ditadura atiraram [...] A Faculdade de Educação fechou as portas. Os alunos correndo da polícia... e aí os alunos de dentro puxaram o portão e deixaram os alunos entrar... foi um momento muito tenso (MOURÃO, 2022).

Os jornais que circulavam na cidade repercutiram o caso acusando a ação policial de brutalidade e a Igreja de São Sebastião resolveu fechar as portas no dia seguinte em protesto pela ação policial. O jornal do CAPE também repercutiu o evento de 28 de agosto, convocando a

comunidade para um novo ato. Um pedido de desculpas do governador José Lindoso ao arcebispo Dom Milton Correia Pereira foi publicado no dia primeiro de setembro. Mas a publicação nos jornais do posicionamento do comandante da Polícia Militar de que os agentes só queriam garantir a integridade física dos alunos pareceu um escárnio (DUARTE, 2020).

Embora o movimento tenha novamente alcançado a atenção da prefeitura e do governo do estado, no dia 7 de setembro, aproveitando as forças policiais nas ruas, foi anunciado um novo aumento nas passagens de ônibus, dessa vez, na ordem de 25% (DUARTE, 2020). As representações estudantis foram recebidas pela prefeitura no dia seguinte. A prefeitura anunciou a implantação do passe único, novamente, mas as empresas ignoraram a competência dos órgãos públicos para resolver a situação.

Figura 2 - Jornal do CAPE (Onça).



Fonte: Acervo de Amarildo Barreto. Jornal do CAPE (Onça) Ano 1, n. 1, jun. 1981.

Incrivelmente, a situação se estendeu pelo ano de 1982 com novos aumentos das passagens, inclusive com argumentos de que a responsabilidade pelos reajustes era dos passes concedidos aos estudantes. Em 1983, quando a passagem aumentou quase 100% em apenas três meses o prefeito Amazonino Mendes, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), convocou uma reunião para o dia 14 de setembro.

O temor do prefeito era a movimentação estudantil. Gina Gama, assim tratada com destaque no relatório do SNI, posto que estava terminando o mandato como presidente do CAPE e liderando o movimento dos estudantes universitários (a presidente Vanessa Grazziotin estava licenciada por conta da gravidez), havia convocado os estudantes para os próximos dias.

Os agentes infiltrados no movimento estudantil reagiram imediatamente. Em tom de urgência, o telegrama da AMA avisava a agência central de que os estudantes estavam insatisfeitos com o aumento das passagens, salientando que continuavam a acompanhar a movimentação.

Ontem, 14 set 83, em reunião presidida pelo prefeito municipal de Manaus com o objetivo de debater o índice do reajuste da tarifa dos ônibus da capital, da qual participaram políticos, representantes dos empresários e sindicatos do setor, além de dirigentes do DU/UA e UESA foi decidido o reajustamento do preço único da passagem de Cr\$ 80,00 para Cr\$ 100,00. A decisão em tela desagradou os líderes estudantis presentes, Francisco Savio (pres. UESA) e Ana Virgínia do Rego Gama (Diretora de Assuntos Estudantis do DU/UA), ambos militantes do núcleo local do PCdoB em consequência, tanto a UESA, como o DU/UA, estão propensos a mobilizar a classe estudantil na realização de atos públicos em repúdio a essa decisão. Com efeito, em reunião prevista para as 1800 de hoje, as lideranças dessas organizações de pressão definirão o procedimento a ser adotado em represália ao referido aumento. Salienta-se que representantes desses seguimentos percorreram hoje algumas dependências de estabelecimentos de ensino médio e superior, com a finalidade de arregimentar estudantes para uma projetada passeata de protesto. Esta AR está acompanhando o desdobramento do fato (SIC) (AMA/ SNI n.º 4074, 1983a, p. 4).

Era o início de um movimento que culminaria poucos dias depois. Enquanto a ditadura colocava à prova o lema de que “Estudante tem que estudar, ponto”, os discentes reunidos enfrentaram a legislação vigente para requerer meia passagem, tarifas mais justas para os pagantes e melhorias no transporte público manauara. “Em [19]83 veio um aumento exorbitante das passagens de ônibus e nós chamamos um ato público na matriz, o nosso objetivo era fazer o ato público que isso era comum [...]” (GAMA, 2023). Estava assim armado o palco do evento que marcou a memória da representação estudantil no Amazonas.

O BATISMO: 20 de setembro de 1983

O mais interessante de lidar com a memória é justamente aquilo que não encontramos nos documentos oficiais. Percebemos emergir nas entrevistas o que Joutard (2000) chamou de “indescritível” em cada momento que perguntávamos sobre os temas impubescíveis nos anos de ditadura. No caso dos nossos entrevistados, suas memórias se apresentaram sempre eivadas de sentimentos daqueles que viveram o momento com uma intensidade impossível de se reproduzir lendo um texto.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que suas memórias se tornam uma fonte especial, elas também nos obrigaram a um cruzamento com outras fontes por conta de sua “formidável capacidade de esquecer” (JOUTARD, 2000, p. 34). Ao passo que os nossos entrevistados acessavam diretamente as suas memórias, um processo natural que muitas vezes deixa lacunas sobre o tempo exato em que transcorreu determinado evento, nós, no fazer da história da educação, buscávamos reconstruir em nossa pesquisa uma cronologia capaz de interpretar a ordem em que tais eventos se desenvolveram.

Como apontamos anteriormente, de forma geral, a memória coletiva tendeu a interpretar os anos de 1980 a 1983 em um resumo chamado “20 de setembro de 1983”. Em si, esse processo é fantástico, pois demonstra a importância daquele momento e nos obriga a estudar como essa memória foi construída, ajudando a formar a identidade da representação estudantil no Amazonas, tal como no processo descrito por Le Goff (1996) e Delgado (2010). Por conta disso, resolvemos nomear esse ponto de “O Batismo”.

No dossiê da SNI, o panfleto dos estudantes, recolhido pelos agentes da ditadura, convoca toda a população para um ato público que promete ir até as “últimas consequências”.

AUMENTO NAS PASSAGENS DE ÔNIBUS: CHEGA DE ABUSO! Não faz nem dois meses que a passagem de ônibus aumentou e a prefeitura já concedeu NOVO AUMENTO. O Prefeito tem se mostrado sensível as reivindicações (ou pressão) dos empresários, que alegam não ser possível manter nas prestações sem reajuste diante da inflação estrondosa que toma conta do país. [...] O Prefeito sabe tão bem como qualquer um, que os trabalhadores são as maiores vítimas da política econômica suicida do regime militar. A inflação não atinge somente os empresários, ela se ABATE DE MANEIRA CRUEL SOBRE OS PAIS DE FAMÍLIAS, TRAZENDO A FOME, A MISÉRIA, A ANGÚSTIA, A DOR E O SOFRIMENTO PARA MILHÕES DE TRABALHADORES. NÃO PODEMOS MAIS SUPORTAR ISSO. CHEGA DE ABUSO, CHEGA DE BRINCAR COM OS SENTIMENTOS DO POVO. ESSE AUMENTO ESTIPULADO PELOS EMPRESÁRIOS CR\$ 110 NÃO PASSARÁ. Mesmo considerando os 80 cruzeiros atuais, o aumento das passagens do ônibus nestes últimos 3 anos foi de 1.233%, enquanto os salários foram reajustados menos de 400%. QUE DESPARATE! SERÁ QUE O PREFEITO DESCONHECE ESSES VALORES? CLARO QUE NÃO, ELE CONHECE MUITO BEM E VAI TER, DESSA VEZ, QUE EXPLICAR PORQUE NÃO ATENDE OS RECLAMOS DO POVO. Lutaremos até às últimas consequências. ATO PÚBLICO NA PRAÇA DA MATRIZ. DIA 20 de setembro (terça-feira) – às 17:00 horas.

*** CONTRA O AUMENTO DAS PASSAGENS DE ÔNIBUS

*** PELA ILIMITAÇÃO DO PASSE

*** PELA VENDA DA ½ PASSAGEM NAS AGÊNCIAS DO BEA

*** PELA DEFESA DA ½ PASSAGEM (Panfleto anônimo apud AMA/ SNI n. 4074, 1983a, p. 30).

O panfleto não trazia nomes, mas todos os já citados estão novamente elencados no dossiê sobre os acontecimentos de 1983. Entre eles, novamente, Sandro e Selma, Simone e Selene Baçal de Oliveira. Todos tornaram-se alunos da Universidade do Amazonas e ativistas do movimento estudantil, principalmente, de Pedagogia. Todos se tornaram professoras da UA/Ufam, tendo a mesma formação política orientada inicialmente pelo pai. Vale ressaltar que o irmão mais novo, Sérgio Sócrates, apesar de não ter sido citado, seguiu o mesmo caminho, tornando-se professor do curso de Psicologia da universidade.

Nós somos de uma família em que meu pai era ativista político de esquerda, ele era ligado ao PTB, ele foi marceneiro, professor no SENAI, posteriormente cursou a faculdade de direito, se tornou advogado, então eu tive a felicidade de ter uma família que me incentivou muito desde muito jovem, a participar politicamente da vida do país e que é uma coisa a ser

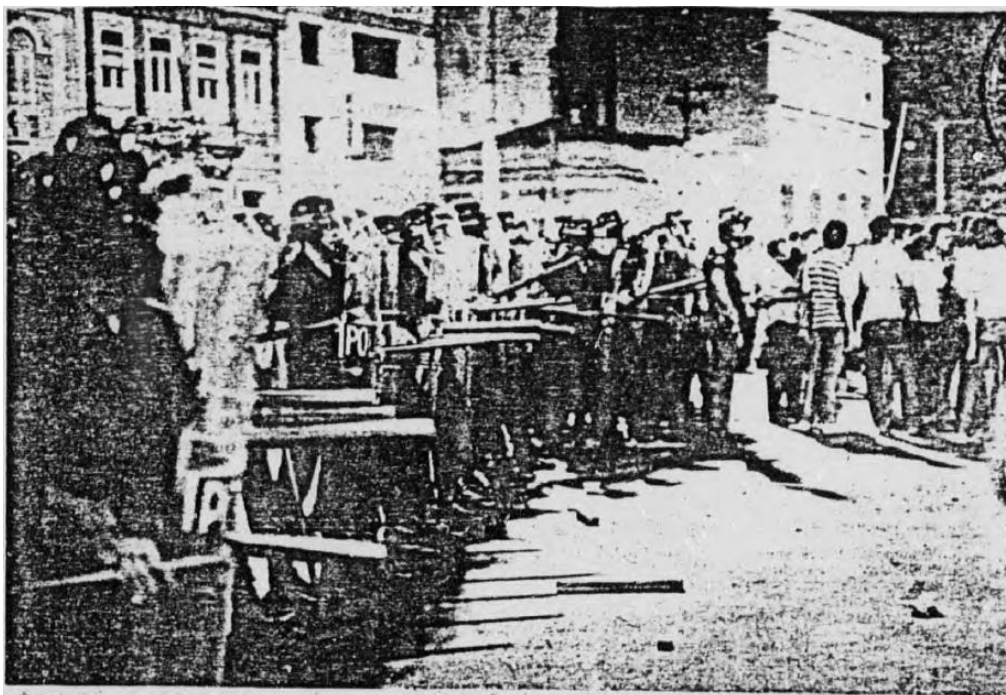
estudada, porque às vezes quando converso com pessoas que foram da minha geração, elas diziam assim “a minha família pensava exatamente o contrário, ela não queria eu que participasse [...] você ter a sua possibilidade em sua formação familiar, uma possibilidade de uma conversa política de engajamento na sociedade, então como o meu pai viveu naquele período mais difícil da ditadura militar, então foi perseguido, a faculdade de direito teve uma importância grande nos movimentos no Amazonas em defesa da democracia, é importante salientar isso, que a minha motivação principal para a participação política, desde o movimento secundarista, ela vem desse incentivo familiar (BAÇAL, 2023).

De fato, entre os nomes dos presentes nos atos públicos de 1983, encontramos também a referência: “Dr. Sebastião Soares de Oliveira e esposa [Neuza Baçal de Oliveira] – (genitores de Sandro) (AMA/SNI n. 4074, 1983a, p. 35). Certamente, depois da violência descrita em julho, os pais tentaram preservar os filhos. Contudo, isso não foi suficiente para impedir o confronto com as forças repressivas do Governo do Estado do Amazonas.

Nesse evento, além dos subversivos regularmente citados, novos nomes foram relacionados, como Omar Abdel Aziz, do CA de Engenharia Civil, Marilda Calderaro Galvão, do CAPE. As entidades que apoiaram o evento também foram relacionadas, tais como diversas associações de moradores de bairro, Assua, diferentes partidos de oposição à ditadura, sindicatos e Centros Acadêmicos como o de Medicina e de Pedagogia. O dossiê da SNI fala em um número inicial de 300 pessoas, mas depois de colocada em prática a estratégia de atrair os trabalhadores que saíam do serviço às 17h, o número passou de 500.

A proposta era levar a passeata da praça da Matriz até o Governo do Estado, no Palácio Rio Negro. No caminho, foram criadas barreiras pela polícia e atirados jatos de água pelos bombeiros contra os manifestantes. Assim, o movimento retornou para a praça da Matriz (GAMA, 2023). Por lá, tanto o relato dos entrevistados e os periódicos, quanto o do SNI apontaram para a perda do controle, destruição generalizada e forte reação da polícia militar (AMA/SNI n. 4074, 1983a, pp. 34-40). “[...] nós perdemos o controle [...] um militante, uma pessoa, um cidadão atirou uma pedra no ônibus e isso tomou um efeito em cadeia e começou a depredação dos ônibus na matriz (GAMA, 2023).

Figura 3 – Aparato policial acompanha manifestantes com cacetetes em punho



Fonte: Jornal A Crítica. Protesto terminou em grossa pancadaria. 21 de set. de 1983, s.p. apud AMA/SNI n. 37740, 1983d, pp. 30-31.

As imagens de jornais foram tiradas do dossiê construído pela AMA para o SNI. Assim sendo, para demonstrar o apoio da população contra a manifestação dos estudantes, os agentes preferiram recortar noticiários que manifestassem apoio ao governador Gilberto Mestrinho. Os recortes fazem referência a quatro policiais feridos, deixando de comentar sobre a quantidade de estudantes machucados. Os discentes, por outro lado, apontaram que a população ficou horrorizada com a forma truculenta com que a polícia agiu com os manifestantes. Alunos tiveram as pernas quebradas e outros muitos foram violentados até que a polícia declarasse o controle da situação.

Por volta de 19:50hs aproximadamente, a situação tendia a se normalizar com a prisão dos militantes: ERONILDO BRAGA BEZERRA, GEORGE TASSO LUCENA SAMPAIO CALADO, JOÃO PAULO VIEIRA DE OLIVEIRA, ANA VIRGÍNIA DO REGO GAMA e MARIA DO SOCORRO ÍZOLA (AMA/SNI n. 4074, 1983a, pp. 34 - 40).

No total, foram dez estudantes detidos e fichados no DOPS⁵. Obrigados a realizar Termos de Esclarecimento, eles apontaram que “em nenhum momento houve a intenção de depredações”, conforme também declarou à polícia a estudante Gina Gama.

Posteriormente, Gina e Eronildo foram recebidos pelo governador em exercício Manuel Ribeiro, posto que Gilberto Mestrinho (PMDB) estava em Brasília. A conversa com Ribeiro pareceu resolver a questão, mas apenas para aquela noite. No noticiário dos dias seguintes, presente no dossiê do SNI, fica clara a intenção de amainar os ânimos e esperar o retorno de Mestrinho. Os manifestantes,

⁵ Nos Termos de Esclarecimento, o documento padronizado faz referência ao “Distrito Policial de Ordem Pública e Social – DOPS”, quando o usual é Departamento de Ordem Pública e Social.

contudo, levaram as mesmas pautas ao governador em exercício e trataram de denunciar a ação de repressão policial.

MARCAS DA REPRESSÃO - Outro ponto que sensibilizou a todos foi o gesto da presidente da Associação dos Servidores da Universidade – ASSUA – Arminda Mourão, que retirou a jaqueta que vestia e mostrou um ferimento de baioneta nas costas, como prova de que houve violência, coisa negada pelo Governador através da imprensa (GILBERTO..., 1983, s.p.) – [A Crítica apud AMA/SNI n. 37740, 1983b, p. 47].

Por fim, o governador em exercício foi à sacada do palácio falar a centenas de manifestantes que estavam do lado de fora aguardando a decisão do grupo reunido. As suas palavras guardavam o engodo de esperar o amanhã:

Quero que vocês acreditem, nós não temos compromisso com ninguém, a não ser com o povo que nos elegeu e que nos conduziu ao Palácio Rio Negro. Este Governo é oriundo da vontade de vocês e do processo democrático, e por isso pedimos encarecidamente, que após a decisão a que chegarmos amanhã, vocês acreditem em suas lideranças [...] Retornem para as suas casas e fiquem certos que o nosso Governo, em conjunto com as lideranças emergentes deste Estado voltaremos a nos reunir amanhã com o professor Gilberto Mestrinho, e conseguiremos resolver tudo. Muito obrigado (GILBERTO..., 1983, s.p.) – [A Crítica apud AMA/SNI n. 37740, 1983b, p. 48].

Com o pronto retorno do governador, o resultado, para a satisfação dos militares, pode ser visto nas manchetes do mesmo jornal nos dias seguintes: “GOVERNO NÃO SE CURVA – Gilberto ameaça com prisão os agitadores”; “ORDEM SERÁ MANTIDA – Governo fecha diálogo e inicia repressão contra manifestantes” (GOVERNO..., 1983, s.p.; ORDEM..., 1983, s.p.) – [A Crítica apud AMA/SNI n. 37740, 1983b, pp. 51-55]. A reunião, que era para ter acontecido com os estudantes, nem sequer começou.

A determinação do governador Gilberto Mestrinho, de afora mão de ferro contra “quem tumultuar a vida da Cidade”, foi cumprida ontem, à tarde, em frente ao Palácio Rio Negro, quando o pelotão de choque da Polícia Militar dispersou, de forma violenta, grupos de estudantes e trabalhadores que tentaram de todas as formas reabrir diálogo com o governo sobre os tumultos gerados pelo aumento dos preços da passagem de ônibus.

Avançando em forma de cinturão polonês, os policiais varreram a Sete de Setembro espancando quem estivesse na frente e só pararam quando os manifestantes tomaram a direção da Rua Ipixuna. Duas estudantes tiveram suas pernas quebradas, um homem de idade foi ferido também na perna e até o office-boy do Palácio sofreu ferimentos leves. [...] Até o pequeno “Surf Lanches” que fica próximo ao Palácio foi fechado pela polícia. “por tocar música alta e atrair os estudantes” [...] Ao tentar estacionar seu carro na Sete de Setembro, o cidadão Arthur Marques também foi agredido pelos policiais sofrendo ferimentos por diversas partes do corpo, inclusive com fratura no crânio [...] os estudantes denunciaram que o escritório político do deputado federal Mário Frota, vice líder do PMDB e do deputado estadual João Pedro, foi “vasculhado por agentes” (GOVERNO..., 1983, s.p.) – [A Crítica apud AMA/SNI n. 37740, 1983b, pp. 55 -56].

A determinação, segundo o Secretário de Segurança Cel. Henrique Lustosa, era de não deixar formar qualquer grupo de mais de três pessoas em discussão. Naquela altura, com o fechamento do diálogo e a violência gratuita, todos os grupos envolvidos mostraram ter perdido a cabeça.

Figura 4 – Manchete, foto e excerto de jornal da época.

Procura-se o busto de Costa e Silva



O pedestal sem o busto do ex-Presidente Costa e Silva.

O busto do ex-Presidente Arthur da Costa e Silva, que foi arrancado da Praça da Matriz durante as manifestações estudantis contra o aumento da passagem setembro de 1983, ainda não foi encontrada [...] O busto de Costa e Silva tombou na violenta repressão da política contra os estudantes que protestavam contra o aumento da passagem de ônibus. Naquele dia, não só a estátua, mas também as bancas de frutas, de jornaleiros e até out-door do governo – “Conosco todos os dias”. A prefeitura não está encontrando meios de recuperar o patrimônio histórico que deve ter sido levado e quem sabe até derretido para venda do bronze (PROCURA-SE..., 1984, s.p.) – [A Crítica apud DUARTE, 2023].

Nos meses seguintes, a polícia do Estado do Amazonas também invadiu por diversas vezes as dependências da UA para perseguir lideranças estudantis. Os alunos com destaque na lista de subversivos foram perseguidos nas ruas e notaram carros que os vigiavam nas ruas em que moravam (GINA, 2023). Quando não invadidas, as suas reuniões eram espionadas de perto, como as duas convocadas para o mesmo dia 27 de setembro de 1983, manhã e tarde, com público estimado em 100 e 150 pessoas.

[...] onde oradores FRANCISCO SÁVIO, JOSÉ BARBOSA DE CARVALHO, GEORGE TASSO, EDSON DOS ANJOS RAMOS, VICENTE DE LIMA FILIZZOLA, FRANCISCO BRAGA DE SOUZA, ANA VIRGÍNIA E IVANCY VIEIRA DOS SANTOS, destacaram-se como sempre, pela retórica eivada de contestação [...] (AMA/SNI n. n. 37740, 1983b, p. 92).

O mesmo dossiê também destaca que outros discursos foram realizados, como os de Omar Aziz (Engenharia Civil/Caec), Eron Bezerra (Agronomia/Cuca) e Marilda Galvão

(Pedagogia/CAPe), mas os agentes destinaram maior destaque para o diretor do ICHL, professor João Bosco, que condenou a ação policial, mas não se comprometeu “com quaisquer facções”. As invasões a UA se tornaram frequentes ao ponto de diferentes sindicatos se posicionarem e de os estudantes cobrarem uma manifestação do reitor Octávio Mourão. Para surpresa dos militares, Octávio Mourão, que começava a vislumbrar uma possibilidade de recondução ao cargo para um terceiro mandato, conforme escrevemos anteriormente, declarou aos estudantes que a polícia do Estado do Amazonas não tinha jurisdição para atuar dentro da UA.

A ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS – ADUA, vem de público apresentar seus mais veementes protestos contra o clima de terror que está sendo instaurado na Universidade do Amazonas pela polícia civil do Estado do Amazonas, gerando a inquietude e a insegurança por parte do corpo docente, discente e técnico-administrativo de ensino superior. Tal afirmativa se evidencia através dos seguintes fatos: 1 – Perseguição político-ideológica a estudantes e professores acusados de pertencerem a partidos clandestinos. [...] 1- Provocação ostensiva da polícia civil, tentando invadir o Instituto de Ciências Humanas e Letras [...] mantendo o referido instituto cercado de policiais e até mesmo com policiais circulando no recinto; 3 – O fato da polícia civil, no dia 24/9 ter aguardado a saída de professores e acadêmicos do seu mais legítimo lugar de convívio e de trabalho que a Universidade, para prendê-los em via pública, sob espalhafatoso aparato repressivo (seis viaturas cheias de policiais armados) sem qualquer acusação específica, alegando estarem recebendo ordem do Comando Militar da Amazônia, o que esta entidade reusa a acreditar que seja verdadeiro; 4 – policiais circulando interior do ICHL ainda no dia 26/9 (A ADUA..., 27 de set. de 1983, s.p.) – [A Crítica *apud* AMA/SNI n. 4074, 1983a, p. 83].

Entre as assembleias clandestinas de estudantes dentro da UA, posto que a reunião de mais de três pessoas estava proibida, foi deliberada uma solicitação para que dois deputados mais próximos às reivindicações dos estudantes, o arcebispo metropolitano de Manaus e o próprio reitor da UA representassem os estudantes em um pedido de restauração do diálogo com o governo. Respectivamente, fizeram parte do que os jornais e os agentes do SNI chamaram de “Comissão dos Quatro”: deputados Carlos Fausto e Mário Frota, Dom Milton Corrêa e Octávio Mourão, todos recebidos por Mestrinho no dia 27 de setembro.

No decorrer do encontro foram firmadas as seguintes posições:
- a Comissão estava ali presente com o objetivo único de servir como porta-voz da classe estudantil; - o Governador manteve-se irredutível, admitindo que receberá apenas dirigentes de entidades legítimas, desde que não pertençam ao PCdoB; - o Dep. Fed. MÁRIO FROTA manifestou-se de forma veemente, protestando a “invasão” policial ao seu escritório político conjunto com o Dep. Est. JOÃO PEDRO. Em resposta, o Governador advertiu que acionará “quantas vezes for necessário”, a Polícia Civil, em operações legais; - o Reitor manifestou-se solicitando ao Governador que fossem evitadas ações policiais de busca e captura nas instalações da Universidade; - o Governador não permitirá a realização do ato público programado pelo PCdoB na Praça da

Matriz; poderá autorizá-lo em outro local (AMA/SNI n. 37740, 1983b, pp. 92-94).

O resultado da eleição para reitor em 1984, realizado de forma indireta, elegeu novamente Mourão, embora ele não tenha tomado posse. Havia uma pressão enorme pela eleição direta para reitoria, dentro de um contexto nacional de retorno à democracia. Esse tema, ao lado de muitas outras reivindicações que caracterizam o processo de abertura, fogem ao escopo deste texto. Por isso, o estudaremos em um outro momento.

A população deixou de ser pega de surpresa pelos aumentos das passagens, pois o governo passou a tomar mais cuidado com os percentuais de aumento e a forma de anunciar esses aumentos. A estratégia dos estudantes para um novo canal de diálogo com o governo do Estado também funcionou. O CAPE arrecadava recursos financeiros com vendas de rifas, camisas em barracas de comida e bebida em festas em atividades culturais, mas para a participação em Congressos fora do estado (outro tema a ser desenvolvido posteriormente), era indispensável esse canal de apoio do governo. Por exemplo, enquanto as outras representações do país levavam muitos estudantes para os Congressos da UNE, os estudantes do CAPE precisavam ir de avião ou de barco em viagens que poderiam durar até seis dias (BARRETO, 2023; GALVÃO, 2023).

[...] nós arrecadávamos sim, nós pedíamos... fazíamos pedágio, fazíamos rifa... mas uma coisa bem interessante, nós estudantes éramos bons negociantes. Assim como, por exemplo, a gente combatia o Gilberto Mestrinho na questão... como ele mandou dar “pea” na gente aí com relação a passagem de ônibus, quando tinha congresso, a gente procurava e pedia passagem. E ele ainda dava! Então era isso. A gente sabia negociar. A gente ia atrás de todos os setores. Inclusive o governamental, aquele que a gente descia o pau também. E a maioria das vezes eles contribuía (GINA, 2023).

Embora as determinações de cada uma das instituições estivessem se apaziguado e se colocado mais de acordo com o processo de abertura política que se avizinhava em 1985, havia ainda um inimigo comum que continuava a atingir a realidade dos estudantes e trabalhadores do estado: a inflação. Frequentemente retratada como um dragão, a inflação corroía diariamente o salário dos trabalhadores, diminuindo seu poder aquisitivo, tornando até proibitivo o simples ato de ir trabalhar, o que também atingia o empresariado.

Ainda no ano de 1983, dezembro se aproximava com o indicativo de reajuste de 28% no preço das passagens de ônibus. Enquanto os empresários continuavam a afirmar a necessidade de reposição de peças (e, claro, de garantia de seus lucros), a representação estudantil continuou a conscientizar as gerações mais novas de discentes convidando-os a praticar um de seus lemas: “Ousar Lutar!! Ousar Vencer!!”.

[...] foi o melhor período da minha vida, sinceramente. Não consigo esquecer minha trajetória dentro da Faculdade de Educação [...] eu estive presente em todas as lutas, em todas as manifestações, em todos os momentos políticos que aconteceram, eu vivenciei, eu participei intensamente. Realizada. Com

muita força, muita coragem. Enfrentei muita repressão, muita perseguição, demais... Foi cruel nesse sentido de opressão, mas eu me senti forte, corajosa, para enfrentar. Eu vivi intensamente esse período (GALVÃO, 2023).

Deixamos estas palavras de uma das lideranças do CAPE nos anos mais difíceis da representação estudantil no Amazonas. Fica clara a nossa tarefa, como educadores, de participação e atuação nas transformações sociais e políticas na Universidade, no Estado e no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento oficial do Centro Acadêmico de Pedagogia foi realizado dois anos depois dos últimos eventos citados acima. A Lei n. 7.395 de 31 de outubro de 1985, que “Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências” (BRASIL, 1985), fora apenas para “referendar uma situação que já era de fato e de direito” (GINA, 2023).

Anualmente, o curso de Pedagogia da UFAM recebe cerca de 130 alunos ingressantes por meio do Processo Seletivo Contínuo (PSC), Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e Processo Seletivo Extramacro. Com um número de alunos tão grande e no contexto atual de crescimento da extrema direita, alguns com pedidos de retorno à ditadura, faz-se necessária a atividade do Centro Acadêmico de Pedagogia, ao lado de outras representações estudantis da universidade. Por isso, se tornou importante para nós estudar o funcionamento da representação política desde a criação do CAPE, tanto quanto foi interessante conhecer as memórias das pessoas que tornaram a representação estudantil no estado do Amazonas tão atuante.

Acreditamos, com essa pesquisa, ter atendido ao objetivo de reconstruir a história do Centro Acadêmico de Pedagogia (CAPE) da Universidade do Amazonas, atual Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Em todo texto, nos utilizamos de bibliografia específica, de documentos oficiais do Serviço Nacional de Informação e de memórias de pessoas ligadas a representação estudantil de maneira crítica e metodologicamente embasada. Também conseguimos realizar um estudo sobre como era a estrutura possível da atividade política dos estudantes no âmbito da UA em tempos de ditadura civil-militar. Além disso, ao trazermos a público as falas de alguns dos integrantes do CAPE no período, frequentemente citados nos dossiês confidenciais do SNI, conseguimos dar voz àqueles que experimentaram os horrores da perseguição política dentro da universidade pública brasileira.

Aproveitamos aqui para agradecer a disponibilidade daqueles que nos cederam entrevistas em uma época que a pandemia ainda era uma preocupação de saúde pública nacional. Destacamos a colaboração da pró-reitora Selma Suely Baçal de Oliveria, falecida em agosto de 2023. Infelizmente, por ocasião do agravamento de sua doença não conseguimos entrevista-la. Porém, consciente da importância da atividade política estudantil, Selma nos orientou a buscar informações com sua irmã,

Sônia Selene, igualmente citada nos arquivos da ditadura. Selene prontamente nos atendeu e ajudou a oferecer algumas das mais interessantes memórias sobre o CAPE na década de 1980.

Em tempo, para nos entendermos indivíduos capazes de construir a própria história e para, nas palavras de Paulo Freire (2014), tornarmos-nos sujeitos transformadores, salientamos por mais uma vez que precisamos nos (re)conhecer na história da educação brasileira. Conscientes disso, acreditamos com essa pesquisa ter contribuído com a formação acadêmica daqueles que, diariamente, experimentam a universidade pública.

REFERÊNCIAS

AMA/ SNI/ SIAN. (1980a). Atuação do reitor Octávio Mourão da FUAM. AMA ACE 956/80. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pagina_inicial.asp. Acessado dia 21 de abr. de 2023.

AMA/ SNI/ SIAN. (1980b). Situação da Área Educacional 4.5. AMA ACE/1093/80. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pagina_inicial.asp. Acessado dia 21 de abr. de 2023.

AMA/ SNI/ SIAN. (1982). Infiltração Comunista em Diversos Setores de Atividade. AMA ACE 3065/82. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pagina_inicial.asp. Acessado dia 21 de abr. de 2023.

AMA/ SNI/ SIAN. (1985). Atuação das Organizações Ideológicas no Estado do Amazonas. AMA ACE/ 6038/85. https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pagina_inicial.asp. Acessado dia 21 de abr. de 2023.

AMA/SNI/ SIAN. (1978). Publicação do jornal universitário O Grão. AMA ACE/2026/78, 1978. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pagina_inicial.asp. Acessado dia 21 de abr. de 2023.

AMA/SNI/ SIAN. (1983a). MOVIMENTAÇÃO ESTUDANTIL EM TORNO DAS PASSAGENS DE ÔNIBUS. AMA ACE 4074/83, 1983a. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pagina_inicial.asp. Acessado dia 21 de abr. de 2023.

AMA/SNI/ SIAN. (1983b). MOVIMENTOS DE MASSA – DEPREDações EM MANAUS. AMA ACE 37740/83. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pagina_inicial.asp. Acessado dia 21 de abr. de 2023.

AMA/SNI/ SIAN. (1984). ELEIÇÕES PARA REITORES DAS UNIVERSIDADES DA ÁREA - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS (FUA). AMA ACE/ 4843/84. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pagina_inicial.asp. Acessado dia 21 de abr. de 2023.

ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968. (1968, 13 de dezembro). São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acessado em 29 de jun. de 2023.

Decreto-lei n.º 4.105 de 11 de dezembro de 1942. (1942, 11 de dezembro). Reconhece a União Nacional dos Estudantes como entidade coordenadora e representativa dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4105.htm. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. (1969, 26 de dezembro). Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10477.htm. Acessado em 29 de jun. de 2023.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (2006). **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica.

DUARTE, Durango. (2020). **A Batalha do Movimento Estudantil- 1980**. Manaus.

FALAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Projeto Memórias do CAPE. <<https://www.youtube.com/@falasemhistoriadaeducacao>>, s.d.

FÁVERO, Maria Lourdes. (1994). **Une em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

JOUTARD, Philippe. (2000). Desafios à História Oral do Século XXI. In: ALBERTI, Verena, et al. (Orgs.). **História Oral**: desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz /CPDOC – FGV.

LE GOFF, Jacques. (1996). **História e Memória**. 4. Ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp.

Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. (1964, 9 de novembro). Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14464.htm. Acessado em 29 de jun. de 2023.

Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. (1968, 28 de novembro). Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acessado em 29 de jun. de 2023.

Lei no 7.395, de 31 de outubro de 1985. (1985, 31 de outubro). Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7395.htm#:~:text=LEI%20No%207.395%2C%20DE,Art%20. Acessado em 29 de jun. de 2023.

LIMA, Fábio. As raízes da faculdade de educação da UFAM: uma análise do contexto em que a instituição se desenvolveu (1960 a 1980). In: NICÁCIO, Elenir et al (orgs). **50 anos da Faculdade de Educação da Ufam**: histórias e memórias. Curitiba: CRV; Manaus: EDUA, 2022.p. 23-54.

MELO, Dayse. (2020). Intervenção em reitorias reproduz prática adotada na Ditadura Militar. Adua. Disponível em: https://www.adua.org.br/frame1.php?pagina=noticia.php&ID_ARTIGO=409. Acessado dia 26 de abr. de 2023.

POLLAK, Michael. (1992). **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, v. 5, n. 10.

RENÉ Remond. (1997). Prefácio. In: RENÉ Remond (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getulio Vargas.

SIAN. (s.d.). Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: <<https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp>>. Acessado dia 26 de abr. de 2023.

UNE. (s.d.). União Nacional dos Estudantes. História. Disponível em: <<https://www.une.org.br/memoria/historia/>>. Acessado em 29 de jun. de 2023.